



**GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A
RETÓRICA DA PERDA. OS DISCURSOS DO
PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL . RIO
DE JANEIRO: UFRJ/IPHAN, 1996.**

Resenha por
Elizabete R. de C. Martins
Professora Assistente – PROUB/FAU-UFRJ.
Doutoranda EHESS – Paris
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/
PROURB/UFRJ.

No final deste século, as proposições pertinentes ao tratamento das cidades voltam à questão da *Requalificação* dos lugares públicos, onde se desenvolvem as práticas sociais cotidianas. Podemos citar, como exemplo, o caso concreto dos projetos destinados aos diferentes bairros “formais” da cidade, incluindo também aqueles cuja pretensão é a de se transformarem de “informais” em “formais”, tal como a que se apresenta nas tão conhecidas favelas do Rio de Janeiro. Com isto, tornaram-se usuais estudos minuciosos, que buscam a continuidade morfológica da cidade, apagando-se os diferentes “refrães” da tabula rasa desencadeada no início deste século por Pereira Passos. O século iniciou-se com a destruição, mas finaliza com a recuperação.

Neste “avanço” reflexivo, preocupações especiais recaem sobre o tratamento dos fragmentos da cidade que, na década de oitenta, se particularizaram com sua

transformação em “Áreas de Proteção Ambiental e Cultural” — APACs. Estas suscitaram, ou deveriam tê-lo feito, a “antiga” questão do tratamento de espaços “patrimoniais”, já que a heterogeneidade de suas conformações, históricas ou tipológicas, dentre outras, indica naturalmente que seus tratamentos devam ser individualizados, geradores, portanto, de metodologias específicas — cada área é uma área. Isso nos induz à busca do conhecimento aprofundado das intenções que permearam todo o processo de estruturação e construção do nosso tão polêmico, complexo e contraditório Patrimônio Nacional.

E, para o aprofundamento da questão, *A Retórica da Perda*, de José Reginaldo, constitui bibliografia essencial, pois, como indica o próprio subtítulo, ele aborda esta interpretação dos discursos dos idealizadores do patrimônio brasileiro, identificando-os como intelectuais e exibindo suas

concepções de “identidade” e “memória” durante o processo, quando arquitetavam a construção que frutificaria no Patrimônio Cultural Brasileiro como tradução da imagem da nação. O autor é cientista social, doutor em antropologia pela Universidade da Virgínia e é a partir de sua tese, num longo processo de amadurecimento, que foi gerado *A Retórica da Perda*.

O fio condutor de sua diretriz teórica é a definição de que as construções discursivas são consideradas como “atos”, o que lhe permite contextualizar a maneira como estes intelectuais, ao definirem “identidades” e “memórias” para a nação, faziam-no segundo determinados códigos socioculturais, com “propósitos pragmáticos e políticos”, por ele definidos como “estratégias de objetificação cultural”, para, então, logo a seguir, usar a idéia de Kenneth Burke das “telas terminológicas”. O autor não somente descortina o processo, como também assinala as conseqüências deste procedimento, ou invenção cultural, “em termos de práticas sociais”, ou em termos de “ação simbólica”. Subdividido em seis capítulos, é um livro com extensa bibliografia de referência.

O primeiro capítulo — O Patrimônio cultural e narrativas nacionais — é inteiramente dedicado ao desenvolvimento do campo conceitual, que, por sua vez, se subdivide em cinco partes, procedimento usual nos demais capítulos. Nessas cinco partes deste capítulo, ele expõe, passo a passo, sem “hermetismos”, as noções empregadas na construção global da obra. É também neste capítulo que coloca as principais questões:

— Quem tem autoridade para dizer o que é e o que não é patrimônio cultural brasileiro?

— Quem tem autoridade para preservá-lo?

— Como esta autoridade é culturalmente constituída?

Perseguindo seu objetivo, no segundo capítulo — A Identificação do Brasil —, ele mostra como os intelectuais responsáveis pela criação do patrimônio cultural identificaram a representação da nação brasileira, o que faz, elegendo, dentre estes intelectuais, os dois nomes indicados para implementação das políticas que visavam à identificação da nação: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Explora as diferentes estratégias discursivas desta invenção cultural, explicitando como “o Brasil é objetificado de certo modo e segundo determinados propósitos” por estes “guardiães desse patrimônio”. Contrapondo, portanto, a veracidade das estratégias, esclarece suas utilizações para “autenticar a existência do Brasil”.

No terceiro capítulo — A Apropriação da cultura nacional — identifica-se o modo como eram percebidos e “apropriados” os bens indicados para salvaguarda patrimonial, que se constituiriam na imagem da cultura nacional. Este capítulo é dedicado à reafirmação da dualidade destes olhares ou intenções de apropriação: “Ao explorar o modo como as narrativas de Rodrigo e Aloísio descrevem as políticas oficiais de preservação, focalizo o papel da apropriação enquanto estratégia concebida para se contrapor ao que, nesse contexto narrativo, representa dispersão e destruição da



cultura nacional”.

No quarto capítulo — A Retórica da Perda — assinala que estes discursos se estruturavam tendo em vista a presença constantemente “dramatizada” das perdas dos bens de valor cultural, que ameaçam a estabilidade da identidade da nação. Interpreta as políticas de preservação como “performances alegóricas”, mostrando no discurso de Rodrigo de Melo Franco o desaparecimento de monumentos, sítios históricos e objetos “reíquias”; há, nele, um elenco de termos utilizados para criticar enfaticamente as renovações urbanas, e atribui-se à “indiferença da população” a culpa por tal situação. Em contraposição, no discurso de Aloísio Magalhães, a “perda” atrelava-se ao avanço tecnológico entendido como agente nivelador e homogeneizador, que se pretende universal e que elimina, portanto, as diferenças culturais que fazem a riqueza de uma nação. “O patrimônio histórico e artístico” nacional, no discurso de Rodrigo, os “bens culturais”, no discurso de Aloísio, jamais poderiam ser concebidos como fragmentos, se não fossem classificados previamente como parte de uma totalidade distante no espaço ou no tempo. Essa totalidade, no entanto, somente existe enquanto uma promessa sempre adiada e jamais cumprida”. E, no mote das perdas, nos discursos patrimoniais, encontra-se a origem do título da obra.

No quinto capítulo — Redimindo a Nação : O Brasil em busca de sua identidade — ele desenvolve a idéia de que a perda extremamente enfatizada nestes discursos aparece como sustentação da idéia, quase “messiânica”, da “esperança” reden-

tora, a cada descobrimento do Brasil. “Por um lado, eles redescobrem uma cultura brasileira como uma entidade preexistente, coerente e contínua; mas por outro, desde que objetificam a nação como uma interminável busca, suas redescobertas do Brasil, simultaneamente, são e não são”.

No último capítulo — Os usos da objetificação cultural —, ele retoma do primeiro a noção de objetificação, desta vez com a preocupação de expor um viés mais “prático”. Sem intenção conclusiva, que não é seu propósito, pois instiga à continuidade de outras pesquisas, porém no sentido de deixar seu próprio registro: “minha expectativa foi a de deslocar o foco dos debates, muitas vezes centrados em categorias objetificadas, como as de “cultura”, “sociedade”, “nação” e “história”, para as estruturas narrativas, ou para as “telas terminológicas” (Kenneth Burke) por meio das quais essas noções se transformam em fatos sociais”.

A contribuição do livro de José Reginaldo não se restringe somente ao aprofundamento do tema Patrimônio Cultural, mas sobretudo se destaca pela contribuição teórica e metodológica extremamente significativa para o aprofundamento de reflexões no campo da arquitetura e urbanismo. Na atualidade, o “discurso” focaliza os projetos de *Requalificação* pública dos espaços cotidianos. A contribuição da análise “descentralizada”, proposta por José Reginaldo, certamente muito enriquecerá as pesquisas calcadas nos aspectos morfológicos e tipológicos dos espaços de estudo. A adição diferenciada “objetificando” os discursos oficiais em contraposição aos



não oficiais, entendidos como “fatos sociais” cria um novo espectro de estudos que perseguem a linha analítica dos aspectos socioculturais. As partes enquanto fatos sociais sublinharão suas diferenças e descortinarão a heterogeneidade da forma material que se traduz na cidade. Esta, pois, será entendida não somente sob o aspecto físico de sua forma material, mas também será aquecida com o casamento de seu par imprescindível — a forma social. “A cidade, mais do que um conceito de análise, é sem dúvida uma categoria da prática social”, escreveu Marcel Roncayolo.

Um caso a pensar!

